

A CONTRIBUIÇÃO DOS CRONISTAS COLONIAIS E MISSIONÁRIOS PARA O CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Prof. Dr. José Carlos Godoy Camargo

Departamento de Geografia – IGCE – UNESP – Rio Claro (SP)

RESUMO

Este artigo dá uma contribuição à história do pensamento geográfico, enfatizando os aspectos desta ciência a partir das observações e anotações sobre o nosso território (do descobrimento ao século XVIII) realizadas pelos primeiros missionários e cronistas coloniais.

Palavras chave: cronistas coloniais, biogeografia, pensamento geográfico

ABSTRACT

This article gives a contribution to the history of the geographical thought, emphasizing the aspects of this science starting from the observations and annotations on our territory (of the discovery a century XVIII) accomplished by the first missionaries and colonial reports.

Key words: colonial reporters, biogeography, geographical thought

Introdução

Atualmente é grande o interesse por parte dos geógrafos a respeito da história do pensamento geográfico bem como há uma grande preocupação em resgatar o passado histórico dessa disciplina em no País. Assim o geógrafo se vê diante de um campo de estudo ainda praticamente inexplorado e muito abrangente, pois os trabalhos geográficos da atualidade ultrapassam meramente o campo disciplinar, incluindo os mais variados assuntos, onde o conhecimento geográfico pode ser resgatado.

BRAY (1999:3) mostra que:

a preocupação com os estudos relativos à história do pensamento geográfico ampliou-se significativamente nas últimas décadas, em virtude das grandes discussões e revisões epistemológicas ocorridas na comunidade geográfica nacional e internacional, principalmente à partir dos anos 60.

Diante de um vasto universo de pesquisa, os geógrafos estão procurando resgatar questões historiográficas básicas para a compreensão da formação histórica e social do Território brasileiro, para uma melhor compreensão da nossa organização espacial.

Dentro de ampla e variada temática, MORAES (1999) ressalta que ainda perduram questões historiográficas básicas para a história do pensamento geográfico e da Geografia no Brasil, enfatizando a necessidade de estudos sobre o período colonial, como um campo quase inexplorado, no que toca às narrativas e roteiros de viagens dos primeiros cronistas e viajantes coloniais.

Procurando dar uma contribuição a essa importante temática, revisamos nesse artigo algumas observações e narrativas sobre o Brasil pelos primeiros cronistas coloniais e missionários, com o intuito de resgatar uma visão histórica e o possível conteúdo geográfico dessas informações.

Fase dos cronistas e missionários: do descobrimento ao século XVIII

A exuberância de nossa vegetação e a riqueza de nossa fauna despertaram a atenção dos europeus, desde os primeiros portugueses que aqui aportaram, com a esquadra de PEDRO ALVARES CABRAL, nos idos de 1500, como mostra ANDRADE (1977, 17).

A realidade brasileira deslumbrou e atraiu a curiosidade de todos os que aqui chegaram e sobre ela escreveram, desde o escrivão da armada descobridora - Pero Vaz de Caminha - até os geógrafos que nos visitaram no séc. XX.

Portanto, a primeira referência que temos sobre esse assunto é a carta que o escrivão da armada de PEDRO ALVARES CABRAL, o português PERO VAZ DE CAMINHA (1450-1500), escreveu ao Rei de Portugal, D. MANUEL, o Venturoso, relatando as belezas de nossa terra, a pujança de nossas matas e a grande variedade de aves e animais aqui encontrada.

Também os primeiros missionários e jesuítas que para aqui vieram, a fim de catequizar nossos índios, ficaram impressionados com as nossas riquezas naturais e escreveram cartas avulsas relatando esses fatos.

Vemos que o Padre MANUEL DA NÓBREGA (1517-1570), que veio ao Brasil em 1549 com o governador TOMÉ DE SOUZA, fez observações interessantes sobre a cultura do fumo, e o Padre JOSÉ DE ANCHIETA (1534-1597), que veio na expedição de DUARTE DA COSTA, em 1553, também fez observações a respeito de nossa vegetação, com comentários sobre o uso de uma planta (o timbó) pelos indígenas, que a empregavam para a pesca. De acordo com MELO LEITÃO (1941), o naturalista CARLOS FRANÇA, em seu livro sobre os portugueses no Brasil, relata o fato de que o Padre MANOEL DA NÓBREGA, já naquela época, chamava a atenção para as diferenças biogeográficas entre o Brasil e as terras da Espanha.

HANS STADEN (1520 - 1557), de nacionalidade alemã, naufragou no litoral paulista por volta de 1549. Feito prisioneiro pelos índios tupinambás, viveu vários anos na região de São Vicente e acabou reunindo em um livro, que foi editado em alemão em 1556, todas as suas observações sobre a nossa vegetação e os usos e costumes de nossos indígenas e que recebeu o título de *História de uma Terra chamada América*.

Contém esse livro muitas informações à respeito de nossa vegetação. Já se refere à exportação do Pau-brasil, menciona a fabricação do cauim, as culturas de milho, mandioca, algodão, etc. Refere-se ao uso do fogo pelos indígenas para limpar as áreas a serem cultivadas: nos lugares onde querem plantar, derrubam as árvores e as deixam secar um a três meses, depois põem fogo e queimam-nas; em seguida plantam entre os tocos a mandioca (...) (FERRI, 1994, 176).

Também OLIVEIRA PINTO (1994, 112), referindo-se a HANS STADEN, diz:

... já em 1557 apresentava aquele autor aos europeus a descrição de alguns animais brasileiros, entre os quais o bicho-de-pé, chamados pelos indígenas de tunga, nome que a nomenclatura científica viria dar foros de perpetuidade.

Dois missionários franceses que vieram para o Brasil nessa época, em razão da fundação da França Antártica por VILLEGaignon, na região da Baía de Guanabara, também fizeram observações e deixaram informações sobre a nossa flora e fauna. Um deles, ANDRÉ THEVET (1502-1592), lançou, em 1557, um livro intitulado *Les Singularites de la France Antartique*, onde enu-

merou uma série de animais e aves que aqui passou a conhecer, tais como o bicho-preguiça, (*Bradypus tridactylus*) o quati (*Nasua nasua*) o moleiro, (*Amazona farinosa*) a arara-canindé, (*Ara ararauna*) etc. Contém, ainda, esse livro muitas informações botânicas, através da descrição e ilustração de diversas plantas.

Impressionou-o o uso do fumo pelos indígenas que enrolavam suas folhas secas na folha de uma palmeira, punham uma ponta deste cartucho na boca e na outra ateavam fogo, aspirando a fumaça pela boca e fazendo-a sair pelo nariz (FERRI, 1994, 177).

Mas segundo OLIVEIRA PINTO (1994), seus trabalhos se enquadravam no rol dos escritos do tipo de descrições geográficas, cheios de fantasias e quase sempre não contando com o apoio indispensável da observação direta.

O outro, JEAN DE LERY, deixou um trabalho de maior profundidade, com informações a respeito de nossa História Natural, sendo considerado como uma das melhores fontes de dados até àquela época. Em 1578, publica o livro intitulado *Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil, autrement dite Amerique*, no qual registra suas observações:

*... o emprego, pelos indígenas, do jenipapo na pintura do corpo, a maneira de preparar a farinha de mandioca, a cultura de milho, de amendoim, de feijão, etc. Ao descrever as árvores das nossas florestas, destaca o pau-brasil (*Caesalpina echinata*) ao qual os selvagens chamavam arabutã, dizendo que alguns exemplares eram tão grossos que três homens não bastavam para abraçar-lhes os troncos (FERRI, 1994, 177).*

Os trabalhos de ambos constituem fontes da geografia do Brasil. Encerram informações interessantes, sobretudo em relação à geografia humana do sul do país. Obedecem, contudo, em sua feitura aos modelos clássicos da época, já profligados por De Martone e outros. A “Cosmografia de Thevet”, em particular, é o protótipo de descrição geográfica literária do século XVI, misturando fatos verídicos com imaginações, cheia, além disso, de enxertos, constantes de assuntos complementares estranhos à consideração de um “cosmógrafo do rei (COSTA PEREIRA, s/d, 32).

Nos primeiros anos de colonização, começaram a vir para o Brasil, pelas mais variadas razões, aventureiros, degredados, fazendeiros, comerciantes e, muito deles, extasiados pelas riquezas naturais de nossa terra, escreveram crônicas e relatórios de viagens, que, acabaram contribuindo para um melhor conhecimento de nossos rincões.

Dentre esses estrangeiros, podemos destacar a contribuição deixada pelo português PERO DE MAGALHÃES GANDAVO (- 1576), que publicou em 1576 um trabalho intitulado *História da Província de Santa Cruz*, onde relata aspectos da história natural de nossa colônia. Descreve as diversas culturas existentes na época, tais como a do algodão, do fumo, da mandioca, do milho, da batata-doce e, ao descrever a cultura da mandioca, chama a atenção para a maneira como era feita essa plantação. Também fez observações interessantes sobre a bananeira, evidenciando o fato de que, uma vez dado o fruto, o pé precisaria ser cortado para que novamente nascesse uma planta. Curiosa também é a sua descrição da sapucaia (que ele chamou zabucães), da qual diz ser mais uma árvore muito alta e com frutos grandes como cocos, muito duros e tendo no interior umas como castanhas, muito doces e saborosas:

*a extremidade inferior, fechada por uma tampa, parece obra humana”. Quando essas castanhas estão maduras, a tampa do fruto se solta e elas caem, uma a uma e merou uma série de animais e aves que aqui passou a conhecer, tais como o bicho-preguiça, (*Bradypus tridactylus*) o quati (*Nasua nasua*) o moleiro, (*Amazona farinosa*) a arara-canindé, (*Ara ararauna*) etc. Contém, ainda, esse livro muitas informações botânicas, através da descrição e ilustração de diversas plantas (FERRI, 1994, 177).*

Se por um lado os historiadores ressaltam que GANDAVO não deixou muitas informações sobre os nomes indígenas de nossas plantas e animais, como seus antecessores, deixou, por outro lado, abundantes e preciosas informações a respeito dos nossos peixes, procurando mostrar as riquezas que a Colônia oferecia em relação a essas espécies aquáticas.

O jesuíta FERNÃO CARDIM (1540-1625) também é citado pelos historiadores como tendo deixado uma boa contribuição ao conhecimento de nossa terra, através de suas extensas crônicas e relatórios, onde, além de descrever as espécies zoológicas já conhecidas na época, acrescenta em sua obra muitas descrições de outras espécies que até então ainda não eram conhecidas. Publicou um trabalho de cunho geográfico, denominado *Do Clima e da Terra do Brasil*.

De todos esses autores já mencionados, parece que a contribuição deixada pelo português e fazendeiro GABRIEL SOARES DE SOUZA (1540-1592) é considerada como uma das mais significativas para a nossa história. Permaneceu ele no Brasil por cerca de dezessete anos consecutivos, um astuto observador da natureza e dos costumes dos indígenas. Escreveu a obra intitulada *Tratado Descritivo do Brasil* que foi publicada em 1587. Trata-se de um trabalho de caráter enciclopédico e descritivo. Através de narrativa pessoal, faz uma descrição detalhada de nossa vegetação, à qual dedica muitos capítulos. Dentre as descrições das plantas cultivadas, destaca a cultura do algodão, salienta as qualidades medicinais do fumo e dedica um capítulo especial ao que denomina de “árvores reaes”. Segundo FERRI (1994), ao abordar o estudo da vegetação, o faz de maneira detalhada, descrevendo algumas espécies vegetais tais como o embuzeiro (*Spondias tuberosa*), salienta as qualidades medicinais do fumo, o qual era empregado na cura de inúmeras doenças, tanto dos homens como dos animais e que em Portugal era conhecida como “herva santa do gentio”. Num capítulo especial trata do que denominou de “árvores reaes”, apresentando diversos atributos dessas árvores, como durabilidade, dureza, cor, cheiro etc. e seus variados empregos pelo homem.

Quanto ao estudo da fauna, ele deixa a desejar, se comparada a sua obra com a de seus antecessores, mas mesmo assim, ainda contribuiu de forma significativa para o seu reconhecimento, através da descrição de inúmeras espécies, fazendo a observação direta delas. A grande importância dessa obra está em que,

... além de fonte informativa é um bom exemplo de trabalho geográfico descritivo do tipo enciclopédico literário, em de muitos aspectos superior à “Corografia Brasilica” de Aires de Casal. Ressaltem-se, ainda, nele, as considerações de sabor geopolítico quando Gabriel Soares, no Proêmio, sugere ao Rei Felipe I de Portugal, em relação ao Brasil, uma orientação político-administrativa mas em consonância com as possibilidades oferecidas pelas condições geográficas da colônia (COSTA PEREIRA, s/d, 320).

Ainda, a respeito deste livro, vemos que OLIVEIRA PINTO (1994) evidencia o fato de que o historiador Varnhagem considera o trabalho de GABRIEL SOARES como sendo um dos mais admiráveis, dentre as obras publicadas pelos portugueses no século quinhentista.

Segundo os nossos historiadores, do período que vai do século XVI até o início do século XIX, quando aqui chegaram os primeiros naturalistas viajantes estrangeiros, não se pode falar em trabalhos verdadeiramente científicos, no que diz respeito à nossa história natural. Por outro lado, todos são unânimes em afirmar que houve uma pequena exceção a esse fato que correspondeu à época em que houve a ocupação do Nordeste brasileiro pelos holandeses.

Nomeado como Governador do Brasil, pelo Diretório Geral da Companhia das Índias Ocidentais, chegou ao Brasil, aportando mais precisamente em Recife, no dia 23 de janeiro de 1637

(e tendo aqui permanecido até 1644) o Príncipe JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU-SIEGEN (1604-1679), e como o mesmo tinha grande interesse pelas ciências e pelas artes, trouxe em sua comitiva diversos sábios e naturalistas que aqui vieram para conhecer e pesquisar nossas riquezas naturais.

Dentre eles, é importante destacar a atuação e as pesquisas de GUILHERME PISO (1611-1678), médico e naturalista, e o jovem alemão JORGE MARCGRAVE (1610-1644), astrônomo, geofísico, médico e naturalista.

PISO foi nomeado chefe dessa primeira expedição científica, cujos objetivos fundamentais eram de fazer observações, levantamentos de campo e coletas de materiais, no que diz respeito a Astro-nomia, Zoologia, Botânica, História Natural, Etnografia, Geografia e Medicina. Portanto, como médico, interessou-se PISO pelas propriedades terapêuticas e nutritivas das plantas tropicais, estudando as suas características e aplicações. Acaba lançando as bases da nossa farmacologia, de maneira científica, publicando em 1648 o livro intitulado *Tratado de Medicina Brasileira* e que é considerado o primeiro tratado de medicina tropical de que se tem notícia.

O livro é todo ilustrado e trata especialmente das qualidades medicinais das diversas plantas. Algumas das figuras, como por exemplo as do manacá, abacaxi, imbaúba, etc., são bastante razoáveis, permitindo identificação segura (FERRI, 1994, 181).

Fez PISO observações interessantes sobre a bananeira, sobre o maracujá (do qual reconheceu nove espécies distintas), sobre as flores da jalapa, sobre os manguezais (reconhecendo 3 espécies distintas) e deixando ilustrações muito bem elaboradas sobre essas espécies descritas, bem como de outras mais. Deve-se, também, a ele os primeiros estudos de nossos animais peçonhentos, de onde sobressaem os ensaios sobre nossas serpentes, fazendo, observações a respeito ao modo de como esses animais conseguiam inocular seu veneno nas presas atacadas. PISO é considerado como o fundador da medicina colonial bem como da nosologia brasileira.

Finalmente, interessantes são suas observações sobre a mimosa que viu várias vezes fechar-se ao contato, para de novo abrir-se depois de pequeno intervalo. Acrescenta que essa planta “murcha ao cair do sol para reverdecer quando ele nasce. Há que, lhe atribua um movimento espontâneo e sensibilidade”. Hoje sabemos com segurança que tal sensibilidade e o movimento espontâneo mencionados realmente existem. Tanto quanto estamos informados PISO é o primeiro autor que, no Brasil, se preocupou não só com as plantas mais conspícuas, que determinam o tipo de paisagem em qualquer região, mas inicia sua obra tratando dos Fungos, dos quais conhece nove espécies, algumas venenosas, outras comestíveis (FERRI, 1994, 181).

A história natural brasileira teve um grande avanço e se viu fortalecida em bases mais científicas graças à contribuição do jovem naturalista alemão JORGE MARCGRAVE, que, impressionado com as narrativas que chegavam do Novo Mundo e vendo possibilidade de poder estudar os astros e a natureza dessas novas terras, conseguiu permissão para vir ao Brasil, na comitiva do Príncipe MAURÍCIO DE NASSAU.

Segundo os historiadores, ele veio com a incumbência, ordenada por seus superiores, de fazer observações e coletar dados relativos aos aspectos da natureza (Botânica e Zoologia), bem como fazer também observações astronômicas e de caráter geográfico sobre a nossa terra.

Tão logo aqui chegou, tratou de fundar um observatório astronômico em Recife, sendo considerado o primeiro de que se tem notícia em nossa pátria. Apaixonado pela Astronomia, passou a fazer observações sistemáticas sobre o céu do hemisfério sul e a colher informações sobre a posição das estrelas, sobre as órbitas dos planetas e eclipses, a fim de escrever posteriormente o livro denominado de *Progymnastica matemática americana*.

Nesse livro, pretendia o autor fazer um estudo completo sobre a astronomia do Hemisfério Sul, contendo também informações geográficas e geodésicas, além de uma série de tábuas astronômicas

para fins de cálculos. Infelizmente, após a sua morte precoce (faleceu aos 34 anos incompletos nas costas da África Ocidental), a maior parte desse acervo por ele coletado se perdeu e uma outra parte não pôde ser publicada, pois tinha sido escrita em códigos secretos, não decifrados por seus editores.

Além das observações astronômicas, tratou também esse naturalista de organizar uma expedição com o objetivo de levantar dados e informações a respeito da Botânica e da Zoologia da Região Nordeste, sendo esta área do País considerada como a primeira a ser estudada cientificamente do ponto de vista de sua história natural. Essa expedição partiu para o interior, explorando as terras do Nordeste brasileiro, abrangendo principalmente os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

No que diz respeito à Botânica, MARCGRAVE fez o levantamento de numerosas espécies de plantas, descrevendo e ilustrando suas descrições através de desenhos e estampas dessas espécies, para poder permitir assim a sua posterior identificação. Designava as plantas estudadas pelos nomes vulgares pelas quais eram conhecidas, mas indicava, sempre que possível, o nome científico.

Preocupado com o levantamento de material botânico, MARCGRAVE coletava espécies por quase todos os lugares por onde passava, deixando assim um herbário considerável e que serviu de base para que botânicos fizessem, posteriormente, identificação mais precisa e específica das plantas por ele coletadas, dando valiosa contribuição para a Botânica brasileira.

Quanto aos aspectos zoológicos, MARCGRAVE fez a descrição de inúmeras espécies de animais encontrados na Região Nordeste, através da coleta de animais vivos ou através de exemplares conservados em laboratórios. Segundo MELO LEITÃO (1941, 256) vemos que...

Na parte zoológica da obra de MARCGRAVE há a descrição de 368 animais brasileiros, sendo 46 mamíferos terrestres, 117 aves, 19 répteis e anfíbios, 131 peixes e crustáceos, e 55 artrópodes terrestres (insetos, miriápodes e aracnídeos).

Esses animais eram quase sempre designados pelos nomes indígenas, descritos em minúcia e representados através de desenhos e de estampas, estas consideradas pelos zoólogos como não muito perfeitas.

Mas a sua contribuição foi muito importante, pois

... aproveitados mais tarde por LINEU em seu Systema Naturae, estes nomes e descrições, através da nomenclatura binária proposta pelo célebre naturalista sueco e mais tarde adotada universalmente, tornaram-se a certidão de nascimento de inúmeras espécies, cuja pátria típica ficou sendo, por isso mesmo o Nordeste brasileiro (OLIVEIRA PINTO, 1994, 116).

Coube ao seu protetor e leal amigo JOÃO DE LAET a incumbência de organizar os manuscritos deixados por MARCGRAVE (tarefa essa considerada nada fácil, pela quantidade do acervo e pela dificuldade de interpretação das informações) para a confecção de seu livro intitulado *História naturalis Brasiliae* publicado em 1648, quatro anos após sua morte.

A Historia Natural do Brasil de MARCGRAVE compreende 303 páginas, ilustradas com 429 estampas grosseiras e está dividida em oito livros a saber: das ervas, no qual se descrevem 149 espécies, 86 devidamente figuradas; dos arbustos e plantas frutíferas, com 48 espécies e 39 figuras; das árvores, em número de 104, 75 ilustradas; dos peixes e crustáceos, contando 131 espécies com 105 figuras; das aves, com 117 espécies, apenas 54 figuradas; dos mamíferos terrestres (26 espécies, todas com as respectivas figuras) e répteis (19 espécies e sete figuras); dos insetos, o livro mais pobre, pois apenas aí se

refere a 55 artrópodes terrestres, dos quais 29 com péssimas figuras: da região e seis habitantes. Às descrições de MARCGRAVE junta JOÃO DE LAET mais de cem notas, quase todas tiradas do livro de XIMENES sobre as plantas e animais da Nova Espanha (MELO LEITÃO, 1941, 209).

Dedicou-se também MARCGRAVE às pesquisas de caráter geográfico e cartográfico, fazendo descrições consideradas surpreendentes para a época, sobre a Geografia Física, Humana e Agrária, pois segundo alguns autores, ele tinha uma visão científica e uma preparação técnica muito maior do que os outros pesquisadores que o antecederam. Assim vemos que

Secas e queimadas: tipo de habitat rural e de culturas, quer nas encostas dos morros, ou nos vales e lugares baixos; gêneros de vida - o dos pescadores em oposição ao dos habitantes das freguesias -; tudo se encontra entrosado e obedecendo a um objetivo geográfico, apesar de sua feição mais ou menos resumida (COSTA PEREIRA, s/d, 323).

É importante ressaltar o fato de que MARCGRAVE é considerado por MELO LEITÃO (1941) como sendo o nosso primeiro “biogeógrafo”, em virtude de ter solicitado e obtido do príncipe MAURÍCIO DE NASSAU a permissão para trazer para o Brasil material botânico e zoológico da África e do Pacífico, a fim de confrontar com o material coletado em nosso País, para poder fazer uma espécie de “mapa da distribuição geográfica das plantas e dos animais”. Essa visão é considerada como a de um verdadeiro biogeógrafo e, segundo COSTA PEREIRA (s/d), expressa realmente o lampejo de um gênio, procedendo metodologicamente e cientificamente do mesmo modo que HUMBOLDT, mas só que dois séculos antes do grande sábio alemão.

Podemos ainda dizer, que ...

Foi MARCGRAVE considerado, com razão, como o pioneiro da História Natural do Novo Mundo e, como diz CUVIER, “certamente o mais hábil, o mais exato, o mais ilustrado de quantas tenham descrito a história natural dos países remotos durante os séculos XVI e XVII (MELO LEITÃO, 1941, 212).

Deve o Brasil ao Príncipe JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU o florescimento de um período áureo no que diz respeito ao conhecimento científico de nossa história natural, através da vinda de ilustres sábios e naturalistas e também pelo próprio interesse do Príncipe pelas Ciências, sendo ele o responsável pela formação do primeiro Jardim Botânico e Zoológico do Brasil.

Em torno do seu palácio de Vrijburg fez NASSAU preparar um parque onde vicejavam as mais belas plantas, como num “jardim encantado” (no dizer de BARLAEUS) e WAETJEN nos informa: “A secção zoológica era povoada de exemplares escolhidos de animais e pássaro da fauna brasileira; os viveiros foram providos de peixes; e qualquer habitante da Nova Holanda que tinha ocasião de encontrar uma planta rara ou apanhar um animal não visto com freqüência, contribuía com o seu espécimes para o enriquecimento da coleção do Príncipe (MELO LEITÃO, 1941, 207).

Infelizmente, esse breve período de intensas atividades científicas no Brasil, proporcionado pelo Príncipe de NASSAU e seus pesquisadores na Região Nordeste, não teve influência marcante sobre o desenvolvimento científico do resto do País, que se mantinha fechado à evolução cultural.

Portanto, excetuando esse período áureo para a nossa ciência natural, vamos ver que até o final do século XVIII nada mais de significativa apareceria, a não ser estudos geográficos gerais e trabalhos de geodésia e de demarcação e reconhecimento do território, desenvolvidos pelos portugueses, que estavam sempre preocupados com a posse das terras da Colônia.

A expedição de PEDRO TEIXEIRA (1637-1640) veio para o Brasil com ordens expressas da Metrópole para fazer um melhor reconhecimento do rio Amazonas. Devemos ressaltar que veio

também nessa expedição o Padre jesuíta CRISTOBAL DE ACUÑA (1597-1675), incumbido de fazer observações geográficas e cartográficas, mas ele acabou fazendo importantes descrições sobre alguns animais de nossa fauna. Descreveu minuciosamente o peixe-boi (descrição essa que nada ficou a dever às do próprio MARCGRAVE); observou que as tartarugas fluviais se deslocavam para a praia para depositarem seus ovos; identificou que nossos porcos selvagens (os quais eram caçados pelos portugueses) em nada se relacionavam com o javali europeu e finalmente conseguiu identificar e descrever o peixe-elétrico, numa época em que ninguém ainda sonhava com a eletricidade.

Mudanças políticas ocorridas na Coroa Portuguesa, nos fins do século XVIII, fizeram com que JOSÉ DE CARVALHO E MELO, o Marquês do Pombal, fosse substituído pelo Ministro MARTINHO DE MELO e CASTRO. Sendo um homem mais esclarecido e de maior visão política, o novo Ministro de D. MARIA I logo se preocupou em enviar uma expedição científica ao Brasil, a fim de fazer um reconhecimento e estudar mais profundamente as nossas riquezas naturais, o clima e os núcleos de povoamento.

Para a expedição do Brasil ordenou MELO E CASTRO ao Dr. DOMINGOS VASCONCELOS que lhe propusesse uma pessoa que, aos precisos conhecimentos, juntasse as outras qualidades necessárias para empreender uma viagem filosófica e dela colher os resultados necessários ao conhecimento das riquezas naturais, ainda em grande parte escondidas no seu solo, preenchendo cabalmente as intenções do Governo (MELO LEITÃO, 1941, 212).

Foi escolhido para chefiar essa expedição exploradora (e que ficou conhecida como “Viagem Filosófica”) o naturalista baiano ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA (1756-1815), que desde os 12 anos de idade residia em Portugal, tendo-se doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e na época exercia o cargo de Professor Auxiliar da Cadeira de História Natural, cujo titular era o grande Mestre e naturalista italiano DOMENICO VANDELLI (1735-1816).

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA vinha com a incumbência de explorar as terras abrangidas pelas capitanias do Pará, Rio Negro (Amazonas) e Cuiabá, bem como de coletar, acondicionar e remeter para Portugal (mais especificamente para o Real Museu da Ajuda) todo o material coletado referente aos 3 reinos, ou seja, o vegetal, o animal e mineral, e como bem mostra MELO LEITÃO (1941, 217) a ordem era ...

recolher tudo o que fosse digno de se mandar ao Real Gabinete de História Natural, como também todas as mais produções, assim dos rios como das praias, arbustos d'água, conchas, pedras de diferentes cachoeiras e o mais que pudesse descobrir da parte dos rios e igualmente musgos, grama, arbustos, plantas, amostras de madeira e o mais do continente.

Em 21 de outubro de 1783, chega a Belém do Pará essa expedição comandada por ALEXANDRE FERREIRA, o qual iniciou as suas pesquisas, explorando a Ilha de Marajó e suas vizinhanças. Em 1785, segue de Belém para Barcelos, subindo o Rio Negro até onde era possível navegar, explorando todos os seus tributários.

De volta dessa expedição ao Rio Negro, que durou aproximadamente 2 anos e onde conseguiu coletar uma vasta quantidade de material, aporta esse naturalista novamente em Barcelos, permanecendo aí por volta de 3 meses, para poder acondicionar, catalogar e remeter para Portugal todo esse precioso acervo. Nesse espaço de tempo, aproveitou para redigir vários *Relatórios de Viagens*, bem como elaborou alguns comentários sobre Etnografia e Zoologia, dos quais podemos destacar um estudo sobre o peixe-boi, um sobre o pirarucu e quatro sobre as tartarugas.

ALEXANDRE FERREIRA foi principalmente zoólogo, pois a fauna o seduzia mais do que qualquer outro elemento da natureza. Como tinha bom conhecimento de Zoologia, pôde fazer mui-

tas observações e descrições interessantes a respeito de alguns dos nossos animais, procurando sempre desenvolver a parte sistemática, a morfológica e a observar minuciosamente os costumes dos animais. Dentre seus inúmeros trabalhos de Zoologia, podemos destacar o que foi de grande importância para a nossa fauna, intitulado *Observações gerais e particulares sobre a classe dos Mamais* publicado pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Após esse breve período de descanso, esse grande naturalista inicia novamente as suas viagens pelo interior do Brasil, como bem mostra OLIVEIRA PINTO (1994, 118)

...Da Barra do Rio Negro (Manaus), onde se acha em meados do ano seguinte (1786), parte novamente Ferreira rio acima, para explorar o Rio Branco e seu grande formador Uraricoera, retornando depois a Barcelos. Após demora de longos meses, desce ainda uma vez o rio Negro, em demanda do Madeira, em cuja exploração consome quase dois anos, subindo todo o Guaporé, penetrando na capitania de Mato Grosso e alcançando Cuiabá (1790). Em começo de 1792 vemo-lo novamente no Pará, onde promove a remessa das imensas coleções reunidas nestas perigosas jornadas, antes de embarcar para a Europa, em janeiro do ano seguinte.

Termina assim uma das mais importantes viagens científicas realizadas em nosso País no século XVIII e que produziu um rico tesouro no que diz respeito ao volume e à qualidade do material coletado e que, infelizmente, foi todo enviado para a Metrópole, nada aqui ficando.

As qualidades pessoais do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e o seu bem cuidado preparo científico foram a garantia do sucesso obtido em sua longa viagem de estudos. Do ponto de vista geográfico ressalte-se, de início, o apuro na organização das “Instruções”, de feição geográfica inquestionável, não só para seu uso pessoal mas também para o de seus auxiliares. Muitas de suas indicações e advertências, correspondem às de trabalhos modernos no gênero (COSTA PEREIRA, s/d, 331).

Ainda sob o ponto de vista geográfico é importante citar novamente COSTA PEREIRA (s/d, 332), quando diz:

Desde o limiar da Amazônia cujos traços essenciais do complexo geográfico procurou observar; fixando-se mais demoradamente no importante problema da agricultura regional, até o interior da região, no rio Negro e no rio Branco, onde também abordou a discussão de importantes temas locais, Alexandre Ferreira desenvolveu invulgar atividade científica e patriótica. É incrível mesmo a variedade de assuntos focalizados. Somente no que tange à Geografia, suas preocupações foram da Geografia Física e Matemática à Geografia Humana, Política, Econômica e Agrária. Em todos esses campos deixou contribuições valiosas, feitas à custa de razoável metodologia, para a época. Seu enciclopedismo foi assim mais científico do que literário. O próprio estilo de Ferreira, em geral conciso, positivo, nem sempre agradável, expressa bem a sua formação cultural e a sua maneira de ser. Nada menos de cinco monografias encerram matéria de interesse para a Geografia: a do rio Negro, a do rio Madeira, a da Marinha Interior, a da Agricultura no Grão-Pará, e a das enfermidades endêmicas em Mato Grosso.

Por outro lado, é com tristeza que transcrevemos aqui o destino que teve a sua preciosa e rica coleção de material levantado através de árduo, incansável e perigoso trabalho exploratório, durante anos a fio, nos mais distantes rincões do nosso sertão:

Destino lamentável tiveram todavia os frutos de tão grande esforço, uma vez em Portugal, anos depois, ao ser o país invadido pelas tropas napoleônicas comandadas por Junot (junho de 1808), viu-se Vandelli coagido a entregar todo aquele material a Etienne Geoffrey

Saint-Hilaire, que o requisita para o Museu de Paris, mediante documento firmando pelo duque de Abrantes, general dos exércitos portugueses. Conhece-se na íntegra o teor desse triste documento, que o saudoso doutor Artur Neiva teve a feliz lembrança de estampar em seu belo ensino sobre a história da Botânica e da Zoologia no Brasil (OLIVEIRA PINTO, 1994, 118).

Portanto, segundo NEIVA (1929, 15)...

O naturalista francês, por este meio, pôde aproveitar do trabalho alheio publicando, tempos depois, suas pesquisas, muitas das quais baseadas nas investigações que usurpou ao grande e infeliz naturalista patricio.

Além de Alexandre Pereira, outro brasileiro que se destacou e deu valiosa contribuição para o desenvolvimento da botânica brasileira foi Frei JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO (1742-1811). Natural do Estado de Minas Gerais, dedicou-se desde cedo ao estudo da nossa vegetação, descrevendo muitas espécies novas

...entre as quais a conhecida Andá-açu, à qual atribuiu o nome de Joannesia princeps em homenagem a Dom João VI (FERRI, 1994, 182).

Seu principal trabalho e pelo qual é mais conhecido denomina-se *Flora Fluminensis*, onde faz a descrição de mais de mil e seiscentas espécies de nossas plantas, mas que não teve a ventura de a ver publicada, pois ocorreu uma série de problemas entre a Coroa Portuguesa e a firma francesa contratada para a sua publicação.

A respeito do Frei MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO, NEIVA (1929, 19), aponta para o fato de que...

Os manuscriptos de frei VELOSO viram início de publicação após 35 annos, em 1825, isto é, depois das viagens de SAINT HILAIRE, MARTIUS, POHL, LANGSDORFF e tantos outros que colleccionaram posteriormente a 1790, quando VELLOSO deu para imprimir seus originais, havendo os botânicos estrangeiros publicados com antecipação sobre o botânico brasileiro, o que lhes assegurou direitos de prioridade sobre grande número de gêneros e espécies novas estudadas por VELLOSO.

Em função desses acontecimentos, NEIVA (1929, 23) é categórico em afirmar que:

Fica, portanto, demonstrado que muitas das espécies dos irmãos SAINT-HILARIRE foram baseadas nas descrições, estampas e material colleccionado e montado pelos brasileiros ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA e FREI JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELLOSO victimas da incompreensão do meio em que viveram e da inaudita usurpação que lhes fizeram sábios de tão grandes valor.

Considerações finais

Finalizando, podemos dizer que durante os primeiros períodos da nossa colonização, até o século XVIII, não vamos encontrar trabalhos de caráter puramente científicos em nosso País, mas fica evidente a grande preocupação em reconhecer, identificar, descrever e classificar sistematicamente as espécies vegetais e animais aqui encontradas, e que tanto diferiam das já conhecidas pelos europeus. MELO LEITÃO (1942) enfatiza, com muita perspicácia, que os jesuítas e missionários que para cá vieram eram geralmente homens cultos, de grande saber e com agudo espírito de observa-

ção, e acabavam ficando impressionados com os nossos animais, principalmente os da ordem EDENTATA, tais como os tamanduás, tatus e preguiças, e logo tratavam de descrever e compreender melhor a natureza desses “estranhos animais” (para eles).

Concordamos também com AZEVEDO (1963, 368), quando diz:

... Em todo o período colonial, desde o descobrimento até a vinda de D.João VI ao Brasil, não se registrara, de fato, na história de nossa cultura, senão manifestações esporádicas e isoladas - de estrangeiros que, aproveitando a oportunidade de sua permanência na Colônia, tomaram os habitantes e as riquezas naturais do país para objeto de seus estudos, e de algumas figuras excepcionais de brasileiros que viveram fora do país e se dedicaram na Metrópole e, mais tarde, na Colônia, a atividades científicas.

Procuramos assim evidenciar, neste artigo, a importância que tiveram os primeiros cronistas e missionários para o conhecimento de nossa terra e para melhor compreensão de nossa História Natural.

É importante ressaltar o esforço individual desses primeiros exploradores que, maravilhados com a natureza tropical, procuraram, da melhor forma possível, compreendê-la e estudá-la.

A preocupação principal sempre foi voltada para a descrição da terra, onde sobressaíam, por sua pujança e grandiosidade, a vegetação, e em seguida a fauna, que, sendo completamente desconhecida pelos europeus, também despertava a atenção. Como os primeiros cronistas e missionários, em sua maioria, eram leigos no assunto, acabaram desenvolvendo uma botânica e uma zoologia empírica, misturando observações exatas e minuciosas, com lendas e credices populares, sendo portanto esta fase reconhecida como não científica.

Apesar disso não podemos deixar de apontar a sua grande importância, em termos de informações, pois já havia, nesses primeiros trabalhos empíricos, uma grande preocupação em reconhecer, identificar, descrever e classificar sistematicamente as espécies vegetais e animais aqui encontradas.

Esses primeiros exploradores procuraram fazer anotações, bem como se interessaram em compreender o cultivo de algumas plantas, pelos nossos indígenas, tais como a cultura do fumo, do milho, da mandioca, da batata-doce, do amendoim etc., como também sobre as plantas que forneciam matéria-prima para a fabricação de tinturas (tais como o jenipapo e urucum), de venenos (como o timbó, usado na pesca) e de bebidas alcoólicas (como o cauim, produzido a partir da fermentação da mandioca).

Também os indígenas despertaram a curiosidade dos cronistas e missionários, por seu modo de vida e por sua perfeita adaptação à natureza onde viviam. Fato interessante e que foi percebido pelos primeiros cronistas era a prática das “queimadas” feita pelos índios para limpar o terreno, prática que vem sendo utilizada até aos nossos dias, pelos sítiantes e fazendeiros, provocando graves problemas ambientais.

Aspectos geográficos também foram descritos e ressaltados por vários cronistas, com observações sobre o uso da terra, as culturas, o clima, as populações e sua relação com o meio-ambiente.

Apesar do esforço e da tenacidade desses primeiros cronistas e missionários em tentar compreender e estudar a terra pátria, é preciso ressaltar que esse esforço nunca foi reconhecido, nem apoiado pelo governo brasileiro, o qual, influenciado pela Metrópole, sempre procurou barrar o espírito de investigação e o desenvolvimento das ciências experimentais, pois o interesse maior sempre foi o de explorar ao máximo a Colônia em benefício da Metrópole.

Em contrapartida, chama à atenção a preocupação dos invasores holandeses para com a nossa terra, pois, dotados de uma outra visão muito mais abrangente, procuraram incentivar e apoiar os estudos científicos, dando grande apoio às Ciências Naturais e ao conhecimento de nossa natureza tropical. Infelizmente esse período durou muito pouco tempo.

Portanto essa fase do desenvolvimento histórico do Brasil merece ser mais bem estudada e compreendida, para podermos ter uma melhor compreensão de seus problemas, pois alguns vêm ocorrendo até nossos dias, como é o caso da devastação indiscriminada da vegetação, o extermínio da fauna, as queimadas e a insensibilidade total da maioria dos nossos políticos e governantes para com os problemas científicos e ambientais.

Bibliografia

- ANDRADE, M.C. O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p. 5-28, 1977.
- AZEVEDO, F. A. *Cultura Brasileira – Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. DF: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- BRAY, S.C. Da Técnica das palavras chaves à História do Pensamento Geográfico. *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (Mesas Redondas)*, Rio Claro, Vol. I, p. 3-16, 1999.
- CAMARGO, J.C.G. *Evolução e Tendências do Pensamento Geográfico no Brasil: A Biogeografia*. 1998. Tese (Livre Docência). IGCE – UNESP. Rio Claro.
- COSTA PEREIRA, J.V. A Geografia no Brasil (s/d), in: AZEVEDO, F. (Organizador) *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, vol. I, Cap. VII, Edições Melhoramentos, pp. 315-412.
- FERRI, M. G. – A Botânica no Brasil In: AZEVEDO, F. (organizador) *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, vol. II, pp.174-231, 1994.
- MELO LEITÃO, C.F. *História das Expedições Científicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção Brasileira, vol. 209, Série 2ª., Biblioteca Pedagógica Brasileira, Cia. Editora Nacional, 1941.
- MORAES, A. C. R. História Social da Geografia no Brasil: Elementos para uma agenda de pesquisa. *I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (Mesas Redondas)*, Rio Claro, Vol. I, IGCE – UNESP, pp.17-23, 1999.
- NEIVA, A. *Esboço Histórico sobre a Botânica e Zoologia no Brasil (De Gabriel Soares de Souza, 1587 a 7 de Setembro de 1922)*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1929.
- OLIVEIRA PINTO, O.M. A Zoologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (Organizador). *As Ciências no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Vol. II, pp.111-173, 1994.
- SCHWARTZMAN, S. Formação da Comunidade Científica no Brasil. Rio de Janeiro: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos e Cia Nacional, Biblioteca Univ., Série 8, Vol. 2, 1979.
- TAUNAY, A de E. *Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI e XVIII)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 10, 1958.